



Varia Historia

ISSN: 0104-8775

variahis@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais
Brasil

Ravena, Nirvia; Acevedo Marin, Rosa Elizabeth
A teia de relações entre índios e missionários. A complementaridade vital entre o
abastecimento e o extrativismo na dinâmica econômica da Amazônia Colonial
Varia Historia, vol. 29, núm. 50, mayo-agosto, 2013, pp. 395-420
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384434842002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

re^odalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A teia de relações entre índios e missionários

**a complementaridade vital entre
o abastecimento e o extrativismo na
dinâmica econômica da Amazônia Colonial***

The web of relations between Indians and missionaries

***a vital complementarity between supply and
extraction in economic dynamics of the Colonial Amazon***

NIRVIA RAVENA**

*Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
Universidade Federal do Pará
Belém (PA)
Brasil*

ROSA ELIZABETH ACEVEDO MARIN***

*Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
Universidade Federal do Pará
Belém (PA)
Brasil*

RESUMO O artigo analisa o papel do abastecimento na dinâmica sócio-econômica da Amazônia no período colonial, através da descrição das relações sociais construídas entre índios e missionários nesse período. A análise apresenta a complementaridade entre o abastecimento e o extrati-

* Artigo recebido em: 02/02/2012. Aprovado em: 29/08/2012.

** Doutora em Ciência Política pelo IUPERJ. Contato: niravena@uol.com.br.

*** Doutora em História e Civilização pela *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales*. Contato: ream30@hotmail.com.

vismo destacando as formas específicas que estas atividades assumiram na região. O artigo apresenta a domesticidade, a reciprocidade e a redistribuição como elementos chave na reprodução dos costumes indígenas no espaço dos aldeamentos. Por outro lado, demonstra também o papel que a demanda do mercado mundial pelas drogas do sertão impunha a esses grupos causando uma abrupta dizimação das populações indígenas que foram as responsáveis pela manutenção da vida na Amazônia Colonial.

Palavras-chave Amazônia, abastecimento, economia colonial

ABSTRACT This paper analyzes the economic dynamics of the Amazon in the colonial period through the description of social relations between Indians and missionaries built during this period. The analysis shows the complementarity between the supply and extraction highlighting specific ways that these activities have taken in the region. The article presents domesticity, reciprocity and redistribution as key elements in the reproduction of indigenous customs within the missionary settlements. On the other hand, it also demonstrates the role that global market demand for “drogas do sertão”. For these groups, this demand caused an abrupt decimation of indigenous populations that were the real people responsible for the maintenance of life in Colonial Amazonia.

Keywords Amazon, supply, colonial economy

Introdução

Este artigo apresenta a dinâmica econômica baseada na complementaridade entre extrativismo e coleta das drogas do sertão na Amazônia, no período em que missionários e colonos desempenhavam atividades de agricultura e extração das “drogas do sertão”. No artigo, o abastecimento é o elemento central da reflexão.

Nos cenários que circunscreveram o trabalho e a alimentação em aldeias e vilas da colônia do Grão-Pará e Maranhão, vincularam-se processos históricos complexos de constituição desses espaços. Cada momento da colonização foi marcado por formas peculiares de subjugação, resistência e adaptação da população indígena aos propósitos dos colonizadores. A dieta dos índios e seu trabalho para garantir o “pão ordinário” estiveram associados às alterações provocadas pelos colonizadores nas formas de sobrevivência desses grupos. Nuançar as diferenças e semelhanças no interior desse processo situa, num primeiro plano, a importância da alimentação, do trabalho e dos esquemas de abastecimento como olhar imprescindível nessa história.

Na colônia do Grão-Pará e Maranhão, território que atualmente corresponde à Amazônia, as instituições religiosas organizaram sistemas de trabalho, de produção e de consumo com altos graus de autonomia.¹ As formas de abastecimento, montadas pelos missionários na colônia do Norte, foram elaboradas a partir do conhecimento que os indígenas possuíam em relação aos espaços onde se encontravam os gêneros e sua forma de extração.² Foram também os indígenas, os responsáveis pela transmissão das práticas de agricultura, pesca, caça, de conhecimentos sobre utilização e conservação de gêneros e ainda da fabricação de cestos, cordas, redes e canoas aos colonos e religiosos do Norte.

Adaptando as necessidades de exploração econômica à disponibilidade de recursos naturais encontrados na região, os missionários adequaram os hábitos alimentares indígenas à exploração da colônia.³ O padrão alimentar e as formas de trabalho características das etnias que habitavam a Amazônia no período anterior ao contato europeu, moldavam-se em duas realidades distintas. Uma circunscrita à Várzea e outra à denominada Terra Firme.⁴ A distinção básica entre as populações destas áreas pode ser determinada pela sua complexidade social e demográfica. Enquanto na várzea, durante o período pré-contato eram comuns as organizações do “tipo” cacicado,⁵ na terra firme eram mais frequentes pequenos grupos tribais, com lideranças locais.

Os cacicados complexos tinham uma estrutura social hierarquizada com presença de elites políticas. Estas sociedades realizavam agricultura intensiva e se distribuíam em sítios nucleados em escala urbana. A subsistência era proveniente de culturas intensivas de sementes – milho e feijão – bem como tubérculos. Estas sociedades fixaram-se na várzea. A presença de grandes cacicados foi atestada nos relatos de cronistas coloniais. Algumas nações foram apontadas particularmente como populosas e complexas. Os Omáguas, Curiciraris e Tapajós foram assim descritos:

- 1 A literatura acerca das missões marca como elemento definidor dessa autonomia o Regimento das Missões. Neste conjunto normativo, os poderes dos religiosos se ampliavam de tal forma que a utilização da mão de obra indígena era regulada quase que apenas pelo processo discricionário dos religiosos; ver: AZEVEDO, João Lúcio de. *Os jesuítas no Grão-Pará, suas missões e a colonização*. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1901. Também nos documentos compilados do período pombalino essa referência é constante; ver: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na Era Pombalina: correspondência do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado*. t.1. Brasília: Senado Federal, 2005.
- 2 FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica ao Rio Negro*. Pará: MPEG/CNPq/Fundação Roberto Marinho, 1983, p.119.
- 3 FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica ao Rio Negro*, p.125; e SÃO JOSÉ, Fr. João de. *Viagem e Visita do Sertão em o Bispado do Gram-Pará em 1762 e 1763*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t.9, p. 83, 1847.
- 4 As caracterizações de Várzea e Terra Firme são encontradas em MORAN, Emílio F. O estudo da adaptação humana em ecossistemas amazônicos. In: NEVES, Walter A. (org.). *Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia*. Belém: MPEG/CNPq/SCT/PR, 1991, p. 164. Para as sociedades amazônicas pré-históricas, Roosevelt relativiza, a partir de datações radiocarbônicas, as constituições dos solos de Várzea e Terra Firme, na pré-história tardia, como um dos elementos constituintes dos cacicados complexos encontrados no momento do contato europeu; ROOSEVELT, Anna. Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia. In: NEVES, Walter (org.). *Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia*, p.111-117.
- 5 CARNEIRO, Robert L. A base ecológica dos cacicados amazônicos. *Revista de Arqueologia*, n.20, p.117-154, 2007.

Tem esta Provincia de longitude mais de duzentas legoas, continuando suas povoações quasi à vista umas das outras; tem muitas ilhas povoadas e cultivadas todas; é gente della de razão e de melhor genero, e anda vestida de vestidos de algodão, tecidos com grande arte, sutileza e curiosidade, e com variedade de côres, mui obidiente.

Vinte e oito légoas mais abaixo do rio Juruá para a banda do Sul, em terras de barreiras muito altas no princípio, a povoadíssima nação dos Curicicarís que, seguindo sempre uma ribeira, corre por espaço de oitenta legoas em povoações tão continuadas, que apenas passam quatro horas sem encontrar outras de novo.

Tem este bello rio muitas nações pela terra dentro e ricas minas de prata, com mui bellas terras e mantimentos assim de mandioca, milho, como caça, passaros, peixe e até peixe boi e tartarugas; é a nação dos Tapajós gente briosa, mas já toda rendida aos Portugueses.⁶

Para a nação dos Jurimáguas o missionário jesuíta em território castelhano, Samuel Fritz, descreve tanto a organização econômica, como a posterior dizimação deste grupo. O missionário faz a descrição à época de sua viagem no período de cheia dos rios:

A gente Jurimagua e Aisuare, posto que sejam nações diferentes e de diversas linguas, têm quasi os mesmos costumes. Andam completamente nus; contudo pouco e pouco, vão admittindo vestes e as índias já aprendem a tecê-las. O sustento, fóra do que lhes dá o Rio, é casave (grandes tortas de farinha de mandioca) e farinha, que fazem de mandioca. O commercio que têm com outras nações é com tetes e pilches (vasos feitos de casca certos frutos) que suas mulheres pintam vistozamente. Em outros tempos foram os Jurimaguas muito bellicosos e senhores de quasi todo o rio Amazonas.

Entretanto agora estão muito acovardados e consumidos pelas guerras e capti-veiros que têm padecido e padecem dos vizinhos do Pará. Suas aldêas eram de uma legua e mais de largo, de casaria; mas, depois que se viram perseguidos, retiraram-se muitos para outras terras e rios, afim de ficar mais em segurança.

Enquanto estive nesta aldêa de Jurimaguas, também já inteiramente inundada, sobre uma barbacoa ou rancho feito de casca de arvore.⁷

Estas nações situadas ao longo dos eixos dos grandes rios foram as primeiras a serem inseridas no apresamento colonial. No momento do contato, já dispunham de uma produção de alimentos diversificada (milho e feijão, além da mandioca), o que pressupõe que, assentadas em áreas de

6 BETTENDORF, João Felipe. Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p.52-53 e p.59 (facsimile do texto da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1909).

7 FRITZ, Samuel. O diário do padre Samuel Fritz: com introdução e notas de Rodolfo Garcia, 1689. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t.81, v.135, p.353-397, 1917.

acesso fácil a recursos protéicos, o crescimento populacional favoreceu a agricultura como forma de suplementar a dieta e complementá-la. Os relatos apontam abundância de alimentos e uma complexidade na cultura material especialmente observada na fabricação de canoas, malocas, cestas, potes e panos de algodão como ressaltou Bettendorf.⁸ As transformações impostas por religiosos no século XVII e início do XVIII a esses grupos que ocupavam o vale e planícies do rio Amazonas consideraram apenas parcialmente a especificidade das relações dos indígenas com a natureza para extrair e compor a dieta alimentar básica. Os produtores e consumidores eram os mesmos, mas suas tarefas não se restringiam apenas à esfera econômica da coleta e da agricultura para seu consumo. Eles dedicaram maior tempo para produzir excedentes exportados (gêneros do sertão) acrescido do tempo de trabalho como “operários” nas construções, de guias e trabalhadores para a demarcação das terras. Também, foram os soldados para defesa do território. A relação entre indivíduos que produziam e consumiam tornou-se desigual, de tal forma que a produção de alimentos para o abastecimento interno, em certos momentos, foi insuficiente.

Ambas as administrações, a religiosa e a laica, acreditaram que o trabalho indígena era uma fonte inesgotável. Logo após as trágicas epidemias oriundas do contato,⁹ continuaram a realizar “descimentos”.¹⁰ Esta prática terminou por impor um limite biológico e cultural à reprodução de grupos. Em

8 BETTENDORF, João Felipe. *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, p.54.

9 O missionário Bettendorf descreve as epidemias de forma densa: “Estava o Maranhão ardendo com a peste das bexigas, de sorte que muitas vezes faziam os Padres Missionários as covas com suas próprias mãos para enterrar os mortos, por haver aldeias onde não se achavam dois índios em pé e deixarem os pais os filhos, fugindo para o matto, para não lhes pegar um mal tão pestilencial e não acabarem a méro desamparo por falta do necessário, assim para a cura como para o sustento da vida, e ainda que o zelo dos Padres não perdia trabalho nem um, não se escuzando ao perigo que causava este mortal contagio, cujo o ar e máo cheiro só bastavam para pegar aos corpos humanos esta peste, que lançava de si um fedor abominavel, mudando a cor do índio, de si sobre vermelha, em uma cor tão preta como de um e em alguns com tanta força que lhes iam caindo pedaços de carne”; BETTENDORF, João Felipe. *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, p.203. Ana Roosevelt também identifica o contato como elemento desencadeador de epidemias. O processo de crescimento populacional na Amazônia após o contato, segundo Roosevelt, foi estancado pela colonização: “Doença, guerra em larga escla, escravidão e missionarização dizimaram as populações das várzeas e destruíram a integridade das sociedades complexas. No Médio e no Baixo Amzonas, as sociedades indígenas de cacicados já haviam sido totalmente exterminadas das várzeas principais no século XVII. No século XVIII as missões já haviam conseguido redução e deculturação dos grupos nativos das várzeas”; ROOSEVELT, Anna. Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia, também converge para a mesma perspectiva sobre a associação entre contato e epidemias. Ver também BECKERMAN, Stephen. A Amazônia estava repleta de gente em 1492? In: NEVES, Walter A. (org.). *Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia*, p.150.

10 Os resgates e os descimentos foram os mecanismos de manutenção de um número mínimo de índios nos aldeamentos missionários. Se por um lado eles garantiram a reprodução das missões enquanto núcleos de produção, por outro lado, a utilização de índios para todas as atividades produtivas da colônia estabeleceu sérios limites a essas atividades. Resgates e descimentos não conseguiam repor proporcionalmente a mão-de-obra extraída das aldeias. As mortes causadas por epidemias e a taxa de crescimento próxima a zero como forma de resistência indígena associadas à crescente demanda de mão de obra para a coleta de drogas do sertão acumulavam-se aos custos maiores de cada expedição de resgate ou descimento em função da distância percorrida até os “sertões” para onde fugiam as nações ainda não contatadas. Ainda assim, os descimentos foram os artifícios utilizados durante todo o período colonial para manter um número mínimo de habitantes nos aldeamentos. Eram práticas comuns em todo o território da colônia portuguesa. Uma discussão mais detalhada dos descimentos e resgates é apresentada por: CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará, 1750-1817*. Rio de Janeiro: Graal, 1984; e FARAGE, Nadia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. v.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991, p.197.

mais de dois séculos de conquista e colonização, os indígenas experimentaram, em situações diferentes, a perda de qualidade na dieta alimentar pela mudança qualitativa e quantitativa do consumo de proteínas, o que contribuiu para a queda da natalidade e o aumento da mortalidade dos indígenas.

A complementaridade entre coleta das drogas do sertão e o abastecimento

Na Amazônia, a produção para o consumo e para a coleta das drogas do sertão interagiu num movimento marcado pela tensão entre a ascensão experimentada pelos preços dos gêneros extrativos no mercado externo e o impacto dessa alta nos gêneros de consumo do cotidiano na colônia.¹¹ A produção de gêneros ligados ao consumo interno era estreitamente articulada ao processo de extração das drogas, pois, em ambas, o trabalho indígena era fundamental. Não que houvesse uma determinação da quantidade ou qualidade dos gêneros de subsistência dada pelos grupos ocupados na coleta, mas o número de índios destinados exigido nas expedições de coleta findava por estabelecer limites às atividades ligadas ao cultivo de alimentos.

Já no século XVII, elaborou-se uma legislação específica que buscou, através do incentivo ao cultivo de espécies como o cacau e outros gêneros de exportação, diminuir os atrasos e perdas no momento do embarque dos gêneros ao Reino. A metrópole enviou várias ordens contendo instruções para que fosse estimulado entre os moradores o plantio de algumas espécies extrativas. A domesticação dessas plantas possibilitaria a ampliação da experiência agrícola, diminuindo a incerteza dos frutos e o tempo de chegada até o porto de embarque. O cacau foi a espécie mais visada, seguida do anil, da baunilha e do arroz.

A legislação estimulou com prêmios e honrarias os moradores que cultivassem o chamado “cacau manso”.¹² Também os religiosos eram adeptos do cultivo de gêneros extrativos. O jesuíta João Daniel apontou as vantagens do plantio de cacau em contraposição à coleta e propôs, além da domesticação da espécie, o seu consórcio com outras culturas de subsistência. Segundo este padre, a maniva (mandioca) e as pacovas (bananas), quando plantadas juntamente com o cacau, forneciam-lhe nos primeiros anos a sombra necessária para o crescimento. Esta técnica baseava-se na experiência dos jesuítas na missão de Comaru, região do rio Tapajós. Em 1756, Comaru contava com uma roça mista de maniva e cacau, de onde foram colhidas 60 arrobas do fruto provenientes de 800 pés de cacau.¹³ João Daniel, argumentando a favor da agricultura do cacau, afirmava que para a coleta eram necessários 30 ín-

11 ALDEN, Dauril. *O significado da produção de cacau na região amazônica*. Belém: NAEA/FIPAM/UFPa, 1974.

12 *Annaes do Arquivo Publico do Pará*, Belém, Tomo 1., p.79, p.86, 1968.

13 DANIEL, João. *Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas*. v.2, Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, p.175 e 179.

dios (no mínimo) e as despesas correspondiam a seus salários, provimento de farinha, aluguel da canoa e contratação de um cabo. No cômputo geral, dividia-se com o cabo um quinto dos frutos da coleta, enquanto o dono da expedição contava apenas com 400 arrobas das drogas coletadas. No caso do cultivo do cacau, eram necessários apenas 15 índios para plantar 800 braças de roças, divididas em 200 para cacau, 200 para café, 200 para canela e 200 para salsa, além do cultivo de outras espécies para subsistência dos índios, como maniva, milho e algodão. Em três anos, estas roças teriam 4.000 pés de cacau, café, canela e salsa, que, em dinheiro, equivaleria a 4.000 cruzados. Às vantagens da segunda, apresentadas por Daniel, circunscreviam-se os gastos. A farinha, principal gênero para o sustento dos índios, seria produzida juntamente com o cacau. Quanto ao tempo para a colheita, calculava-se uma duração de seis meses, no mínimo, para cada expedição de coleta, enquanto as roças poderiam ser feitas no prazo de três meses. Os lucros eram mais elevados na opção de cultivo, já que não haveria a divisão da carga com os cabos das canoas. Vantajosa igualmente por anular os riscos de perda da canoa, da carga e dos índios em função, por exemplo, de intempéries ou ataques de índios “bravos”.¹⁴

Enquanto a legislação metropolitana entendia que a racionalização proveniente da domesticação do cacau e da baunilha resolveria alguns problemas relativos à perda de gêneros no momento do embarque para o mercado externo, o jesuíta fazia sua demonstração com base na otimização do uso mão-de-obra indígena. Com isto, resolvia-se outro problema: a produção de gêneros de consumo interno como maniva, algodão e a fabricação de canoas. Na proposição de domesticar gêneros anteriormente provenientes da coleta, João Daniel visava sanar dois problemas recorrentes nas missões. Primeiro, a falta de índios e dos excedentes por eles produzidos e, segundo, a desorganização social das missões decorrente da ausência dos índios. A preocupação de Daniel, diferentemente da metropolitana, circunscreve-se à manutenção de um número mínimo de índios nas missões. As expedições de coleta drenavam das aldeias missionárias um grande número de indígenas.

Mão de obra e abastecimento: a percepção da mão-de-obra indígena como fonte inesgotável de força de trabalho

A arregimentação dessa mão-de-obra era amparada legalmente. Entretanto, a legalidade criava um círculo vicioso. Coleta e subsistência eram atividades que se imbricavam de forma tal que, em determinados momentos, a produção de gêneros para o sustento diário parecia não existir. Apenas a

14 DANIEL, João. *Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas*, v.2, p.182-183.

farinha aparece como elemento fundamental nas expedições ao sertão. O jesuíta João Daniel destaca, ao referir-se à coleta das drogas do sertão, a importância deste gênero, complemento da dieta, composta de proteínas animais obtidas da caça e da pesca efetuadas pelos índios.¹⁵

A quantidade de carboidratos ingerida pelos trabalhadores nas expedições provinha exclusivamente da farinha. Isto indica a importância da fixação de um número suficiente de índios nas roças para o cultivo da maniva e preparo da farinha. A preparação da farinha ficava a cargo das mulheres, enquanto os 25 índios dos missionários destinavam-se à coleta. Os missionários mandavam os índios às expedições justificando obter nelas os meios para arcar com os gastos de implementação das aldeias e de ornamentar as igrejas, apenas possível com o dinheiro proveniente do comércio das drogas do sertão.¹⁶ A farinha entrava no cálculo de custo da expedição como uma soma importante. Durante o período de 6 a 8 meses, tempo de duração das expedições ao sertão, os gastos em farinha estimavam-se entre 300\$000 ou 400\$000 réis. Os outros itens de despesa eram compras de aguardente, de ferramentas e de utensílios, além do aluguel de canoas e dos pagamentos dos índios.

João Lúcio de Azevedo relata a ação missionária e menciona que, no mês de outubro, os jesuítas mandaram 18 canoas e os carmelitas 10 ou 9 à região do rio Madeira, abundante em cacau. Em 1734, embarcaram para o Reino, por conta dos jesuítas, 2.538 arrobas de mercadorias do sertão entre salsaparrilha e cravo e extraíram 4.000 arrobas de cacau por volta de 1740, apenas na região do rio Madeira. O historiador cogita que mercadorias pertencentes à Companhia de Jesus não foram embarcadas com a sua marca (uma cruz), mas carregadas no nome de outras pessoas; elas, por “dedicação”, emprestaram seus nomes.¹⁷ A evidência desse comércio é dada também pelo posicionamento do Colégio de Santo Alexandre em Belém. O colégio situava-se próximo à alfândega contando com depósitos onde, segundo Serafim Leite, era o local de confluência de toda atividade econômica missionária.¹⁸ É notório que os gastos com a missão eram irrisórios frente aos lucros obtidos pelos religiosos com o comércio das drogas do sertão. A isenção do pagamento de dízimos e tributos atesta isso. O

15 “o sustento de toda a viagem corre por conta dos donos e dos índios: Digo dos índios porque os donos ordinariamente lhes dão mais matalutagem do que farinha; e os índios são os que pelo discurso dela pescam ou caçam para os Cabos primeiros, e depois para si”; DANIEL, João. *Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas*, v.2, p.167.

16 Bettendorf fala da exígua cônica de 35.000 réis paga pela metrópole para o sustento de cada missionário e edificação das missões, como também comenta a ida dos padres aos negócios do sertão; BETTENDORF, João Felipe. *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, p.79-80. João Daniel escreve que os missionários tinham licença para mandar canoa em busca de drogas do sertão; DANIEL, João. *Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas*, v.2, p.166. Em outro momento, João Daniel esclarece o porquê dos missionários irem aos “negócios do sertão”: “com cujo produto pagavam aos índios remeiros, e proviam suas igrejas, e casas os seus respectivos missionários”; DANIEL, João. *Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas*, v.2, p.83.

17 AZEVEDO, João Lúcio de. *Os jesuítas no Grão-Pará*, p.197.

18 LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro: Portugal/Civilização Brasileira, 1943, v.4, p.318.

governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão fez, em 1747, referências à provisão de 7 de janeiro de 1698 que isentava de tributos até 200 arrobas de qualquer gênero do sertão embarcadas pelos religiosos. Para argumentar à metrópole as perdas relativas aos embarques dos padres, o governador alega que a interpretação de certas ordens religiosas, como a da Companhia de Jesus e dos padres Piedosos¹⁹ acerca dessa provisão, não respeitava o limite de duzentas arrobas para a isenção e estendia a todo o embarque o não pagamento de tributos. Quando lhes foi requerido o pagamento de dízimos por parte da administração local que estava sendo pressionada pelos moradores, os padres da Companhia apelaram para Lisboa e a Metrópole respondeu que não fossem cobrados os tributos até última decisão. Isto em 1739. Em 1747, permanecia o mesmo quadro. Na mesma correspondência encontra-se um resumo geral dos embarques de todas as drogas. A Companhia havia embarcado 13.104 arrobas, os carmelitas 2.880, os mercedários 292, os da Província da Conceição 3 e os da Província de Santo Antônio não chegaram à uma arroba.²⁰ Ainda em 1730, o governador Alexandre de Sousa Freire descrevia todas as propriedades das Ordens Religiosas existentes no Grão-Pará contabilizando os dízimos devidos por cada uma. Os padres da Companhia deviam 41:206\$500 de dízimos de suas fazendas e aldeias, os da Conceição 162\$000, os da Piedade 1:470\$000, os da Mercês 18:366\$000 e os do Carmo 7;458\$000.²¹

Os jesuítas eram os maiores devedores da Coroa tanto em função dos dízimos que não pagavam como do maior número de propriedades que possuíam. O não pagamento de tributos e dízimos conferia aos padres, além dos lucros, dinheiro para gerir da melhor forma as missões. As missões das ordens dos Mercedários e dos Piedosos, nos discursos dos administradores da colônia, eram narradas como mal administradas, que tinham mais empenho nas atividades de coleta do que na catequese. Na descrição das expedições dos jesuítas aos sertões é narrada a aplicação de parte do dinheiro nas próprias missões e do cuidado com o aumento do número de índios nos aldeamentos. Os jesuítas, principalmente, tinham um projeto definido quanto às formas de estabelecer e reproduzir formas de trabalho para garantir às missões um funcionamento autônomo.²²

19 Piedosos são um ramo franciscano, denominado Franciscanos da Província de Nossa Senhora da Piedade. Os Franciscanos mencionados posteriormente no decorrer do artigo são os franciscanos da Província de Santo Antônio, conhecidos como "capuchos".

20 WERMERS, Manoel Maria. Arquivo da Ordem Carmelita, Papéis Avulsos, Caixa 14.

21 WERMERS, Manoel Maria. Arquivo da Ordem Carmelita, Papéis Avulsos, Caixa 6.

22 O governador João de Abreu Castelo Branco, por volta de 1740, através de seu relato deixa entrever que a Companhia tinha procedimentos que garantiam a reprodução de suas missões: "As Missões dos Padres da Companhia mandam também as suas canoas às mesmas drogas. Mas estes são os únicos que para este efeito tiram despacho na Secretaria e que nas Aldeias que administram gastam o produto das ditas drogas, tanto no concerto e culto das igrejas, como no vestuário e socorro dos Índios pobres ou doentes, e nos contínuos descimentos, que ainda sem despesa da Tesouraria dos resgates, costumam fazer para o aumento de suas Missões, das quais posso e devo afirmar com verdade que são as que se conservam mais numerosas, e as que socorrem os moradores para as viagens das suas canoas, e as que acho prontas para as obras ou expedições que se oferecem para o Serviço de Vossa majestade,

A matriz da economia colonial, caracterizada pela associação entre o cultivo de alimentos para o subsídio da coleta das drogas do sertão, foi plasmada para todas as regiões do Grão-Pará. Farinha, peixe, aguardente, manteiga de tartaruga, carne bovina, sal e outros bens – panos de algodão, telhas, louças e canoas – compunham o consumo essencial ou nível mínimo da reprodução material dos habitantes das aldeias e vilas da região. A prática de trabalho compreendia a produção para suprir essas necessidades mínimas da vida material e ainda a organização da coleta dos “efeitos” para exportação. A produção e o consumo de farinha pareciam selar um elo entre ambas as atividades, sem dispensar outros produtos e bens circunscritos à produção e consumo internos. Nesta, acabava-se por distinguir a coleta da agricultura de alimentos e ficavam evidentes as formas da divisão sexual e etária do trabalho impostas pelo processo de repartição.

Após o pagamento com pano de algodão, o índio pegava parte do pano para si (talvez o usasse como moeda durante a viagem), entregando o restante à sua mulher e “moniciado” de arco e flecha ia com o cabo à expedição. Para o sustento levava apenas farinha. Durante o trajeto os índios pescavam e caçavam para si e para os cabos. Os locais de coleta das drogas eram previamente estabelecidos e por terem sido, já na primeira viagem, ponto de estabelecimento de feitorias, geralmente, nas demais viagens, retornava-se a eles. Frequentemente semeavam ali milho e legumes e também criavam aves domésticas durante o tempo de permanência na coleta.

Índias e índios respondiam por uma carga de tarefas e jornadas de trabalho prolongadas.²³ As incursões de militares nas missões em busca de mão-de-obra indígena evidenciam o interesse nestas unidades como fornecedoras de alimentos e bens básicos.²⁴

O aproveitamento do trabalho indígena era total. Além de remadores e caçadores, cultivavam pequenas roças de legumes, coletavam as drogas. Ainda havia o processo de beneficiamento, principalmente do cacau. Durante a viagem, quando se deparavam com a desova de tartarugas, fabricavam as manteigas, deixadas para serem apanhadas na volta.²⁵ Também se faziam as salgas de peixe-boi e a coleta de drogas menos importantes como copaíba e bálsamo. Todas estas tarefas utilizaram o trabalho masculino. Contudo, havia também a utilização de mulheres nas atividades econômicas. A fiação de panos de algodão retirava as índias do feitiço da farinha o que muitas vezes

para o que, sem dúvida, não haveria Índios, nem se poderia bem governar esta Capitania se faltassem as referidas Missões dos ditos padres da Companhia, antes seria muito útil ao serviço de Deus e de Vossa Majestade que eles administrassem outras mais”; WERMERS, Manoel Maria. Arquivo da Ordem Carmelita, Papéis Avulsos, Caixa 10.

23 “e por isso o trabalho de uma hora estendem a todo o dia; o de um dia a ua semana, e o de ua semana a muitos meses”; DANIEL, João. *Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas*, v.2, p.148.

24 O jesuíta João Daniel ratifica esta suposição quando afirma: “usam porém de indústria como é irem, ou mandarem alguma ligeira canoinha às missões mais vizinhas e delas junto das suas Portarias ajuntarem os índios, que se lhes determinam; e nessa viagem fazem nas mesmas misssões algumas compras de farinha, e outros víveres que os índios vendem baratíssimo”; DANIEL, João. *Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas*, v.2, p.56-57.

25 DANIEL, João. *Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas*, v.2, p.57-61.

significava a privação dos aldeanos desse gênero.²⁶ Se a produção de alimentos para o consumo dependia do contingente indígena fixado nas missões, era natural que os missionários vigiassem pela manutenção de um número maior de indígenas nos aldeamentos. As índias tinham a responsabilidade por desmanchar as roças e preparar a farinha, pela confecção dos panos de algodão, pela fabricação de cestos e louças e pela criação de animais.²⁷

As índias aparecem implicitamente nas disputas por mão de obra entre os colonos, os militares e os religiosos. Frequentemente, elas foram solicitadas por moradores para servirem de amas de leite e farinheiras, e seus trabalhos se estendiam a outras atividades. Sob regime de uso intensivo, ficavam porém entre os moradores além do tempo estabelecido pelas ordens reais. Em 1716, 1718 e 1722, expediram-se ordens reais para o Grão-Pará e Maranhão coibindo o abuso dos moradores na arregimentação de índias para amas de leite. A legislação previa que somente as índias solteiras ou viúvas, por vontade própria, serviriam de amas e farinheiras aos moradores durante um ano. Porém, a realidade era a total desorganização do tecido social pela utilização das índias num regime intensivo de trabalho.

João Daniel em sua narrativa acusa explicitamente os moradores da Cidade (Belém) pela desorganização do trabalho nas missões em função de pedidos de índias nas aldeias de repartição das proximidades:

Barbicalho peor de também dar índias para leiteiras, e amas dos filhos dos brancos, e para fazerem as suas roças, e fazerem a farinha de pão a requerimento de qualquer morador; faltavam e se subnegavam 80 índias, que lá escondiam os brancos pelos seus sítios.²⁸

Em duas ordens régias – 1716 e 1718 – dirigidas aos governadores Cristóvão da Costa Freyre e Bernardo Pereyra de Berredo, esse assunto é pautado, em todos os documentos, enfatizando os atos abusivos para com as índias. Alertavam especialmente para a desestruturação das aldeias e das relações matrimoniais estabelecidas pelos missionários:

26 Em relatório do governador Alexandre de Souza Freire ao Rei, intitulado "Notícia das Fazendas dos religiosos do Carmo", no início dos anos trinta, tem-se uma ideia da distinção de tarefas por sexo deixando clara a distribuição por produto e por natureza da atividade econômica: "A sobredita Religião tem a seu cargo a aldeia dos Tarumás, sita no Rio Negro, de que é Missionário o Padre Frei Jerônimo Coelho, poderá ter esta oitenta índios, e se ocupam em fazer ao menos cada ano 800 arrobas de cacau que importam em 2:880\$000 (...) Também fábrica quantidades de rolos de pano, tendo para tal efeito as aldeanas actualmente a fiar, por cuja causa não cultivam suas roças, e padecem mil necessidades de farinha, a qual fabrica importa em 20 rolos cada ano que vendidos a 30\$000 importam 600\$000 (...) Costuma o mesmo missionário ter uma fabrica de canoas grandes em que fabrica quatro a cada ano que vendidas a 400\$000 a canoa, importam em 1:600\$000 (...) E da mesma forma manda fazer todos os anos ao menos 300 vasilhas de manteigas, que à razão de 3\$000 a vasilha importam em 900\$000. E são tratados os aldeões não como livres mas sim como escravos, sem saberem qdo é dia Santo, nem receberem o justo pagamento do seu trabalho"; WERMERS, Manoel Maria. Arquivo da Ordem Carmelita, Papéis Avulsos, Caixa 3.

27 Acerca de uma nação específica, os Juruna, Bettendorf descreve atividades artesanais como a fiação do algodão, trabalho que ficava a cargo do sexo feminino: "As índias, mulheres desse gentio, são muito dadas ao trabalho, dexteras ao extremo em o officio de fiar algodão, torcendo o fio ás avessas com notavel arteficio e limpeza, de sorte que fica fino como cabello da cabeça"; BETTENDORF, João Felipe. *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, p.116.

28 DANIEL, João. *Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas*, v.2, p.52.

Eu hey sido informado, que com a occasião de se tirarem Índias das Aldeas com o titulo de Amas de leyte, se segue uma grande perturbação, e prejuizo das mesmas Aldeas, ficando os filhinhos que estas levão em casa dos Moradores com grande desconsolação dos maridos e nas miseraveis Índias, dando-se-lhe por esta cauza motivo de as dezampararem, e hirem para outras partes, o que he justo se accuda, assim pello que dita piedade, como também pella conveniencia e beneficio, que rezulta aos meos vassallos contenenentes nesse Estado o de haverem muitos Índios nas Aldeyas, porque sem o serviço delles não podem subsistir.²⁹

Em outra ordem régia de 1718 enviada ao governador Bernardo Pereyra de Berredo, acrescentava-se à denúncia a prática ilícita de moradores que compravam certidões falsas para a requisição de índias.³⁰

Se nos espaços onde os colonos regulavam o trabalho indígena feminino, a intensificação do uso dessa força de trabalho desestruturava as relações de parentesco, nos aldeamentos a *rationale* missionária era outra. O trabalho feminino, aliado à organização familiar tutelada pelo missionário, definia para o grupo novas regras de comportamento, sob uma “certa” coerção religiosa. Esta coerção, entretanto, se estabelecia dentro de limites que possibilitariam a existência da missão e das formas de trabalho assentadas nas relações de parentesco. A tolerância religiosa às estruturas de parentesco dos indígenas tinha uma dupla finalidade: diminuir conflitos no interior do aldeamento missionário e manter as atividades econômicas, proveitosas para os missionários, em contornos onde o controle dos padres era possível. Para os religiosos, não se tratava de imposições ou de violações à doutrina cristã. Tratava-se de uma atitude racional uma vez que as distâncias entre colônia e metrópole ou mesmo entre Belém e os aldeamentos não impunham severas normas de comportamento. A única forma de manter um mínimo de regras de coexistência entre a doutrina cristã e a cosmogonia indígena era aumentar o grau de tolerância ao que era compreendido pelos nativos como parentesco.³¹ Embora não enquadradas nos marcos cristãos de conduta, essas relações de parentesco, no período missionário, foram conduzidas sob uma tácita aceitação dos religiosos, pois a alteração drástica no comportamento indígena findaria por impossibilitar a manutenção dos índios nos aldeamentos religiosos. A flexibilidade quanto às relações de parentesco, principalmente quanto ao casamento, era para os missionários a chave para a manutenção dos aldeamentos, e para o governo Pombalino, o flanco aberto para a intervenção nesses espaços.

29 Ordem Régia de 1716. *Annaes do Arquivo Público do Pará*, Belém, tomo 1, 1968, p.150.

30 Esta ordem é datada de 1722 e é baseada em carta do procurador geral das missões da Companhia de Jesus e apresenta de forma pormenorizada a prática da utilização intensiva da mão de obra indígena feminina. *Annaes do Arquivo Público do Pará*, Belém, tomo 1, 1968, p.164, p.191-193.

31 Estas apareciam aos olhos dos europeus como estranhas: “pelo pernicioso erro que há nos índios de não reputarem por parentes senão os que o são pela parte paterna, não conhecendo por tais aos consanguíneos por parte materna, e só admitirem a afinidade enquanto vivos os parentes, de cujos matrimônios provêm a afinidade”; WERMERS, Manoel Maria. Arquivo da Ordem Carmelita, Papéis Avulsos, Caixa 19.

Os missionários tentavam, dentro de suas possibilidades materiais e religiosas, manter a unidade na aldeia. Não porque concordavam mas porque necessitavam, os missionários aceitavam (e praticavam) a dissolução dos casamentos.³² Argumentavam ser fundamental a permanência das índias nas aldeias, por isso elaboraram o discurso institucional em defesa da continuidade do casamento celebrado dentro de moldes cristãos mas tolerante diante da necessidade de sua dissolução. Desse modo, a prática cotidiana no interior dos aldeamentos foi flexível diante dos matrimônios, o que relativiza interpretações acerca dos mecanismos ideológicos e coercitivos pontuados na literatura sobre o período missionário.³³ Com isso garantiam a coesão do grupo e o disciplinamento da mulher indígena, força de trabalho fundamental na reprodução da missão.

A atuação missionária, a coleta de drogas do sertão e o abastecimento: uma combinação delicada

A análise que adota como ponto de partida a existência da flexibilidade missionária no tocante às relações de parentesco entre os índios nas aldeias tuteladas pelos missionários é igualmente válida para a análise do controle da produção de alimentos. O raio de ação do missionário sobre essas produções também tinha contornos limitados. Acerca dos índios que cuidavam do gado, o jesuíta João Daniel afirma ser o roubo também uma constante. A forma com que esse religioso vê a resistência ao trabalho e o roubo dos indígenas demonstra a flexibilidade com que eram tratados os furtos. Para Daniel, o castigo aos índios fazia deles inimigos capazes de alguma vingança tanto sobre a pessoa do missionário como sobre seus pertences.³⁴ Eram dosados então os castigos e a tolerância para com os roubos para que a fuga não fosse estimulada.³⁵ O que mais chama a atenção

32 Este relato permite verificar que a suposta rigidez cultural atribuída ao sistema missionário identificou necessidades e os pontos de sua flexibilização. Esta aparece na narrativa do padre José Monteiro de Noronha, de 10 de março de 1759, em visita a todas as missões: "O modo com que os missionários declaravam a nulidade dos matrimônios, ouvi dizer, era o seguinte. Convocados os índios na Igreja, declarava o Padre os motivos que causavam e irritavam o matrimônio de que se tratava. E tomando a estola desatava as mãos dos casados, persuadindo os índios que assim ficava dissolvido o vínculo do matrimônio, que eles contraíram com o meio da mesma estola"; WERMERS, Manoel Maria. Arquivo da Ordem Carmelita, Papéis Avulsos, Caixa 19.

33 É ilustrativo o trabalho de Baêta Neves nas referências às ideologias e às práticas missionárias no Brasil. Este autor baseia-se na percepção que os missionários tinham do corpo e da repressão aos costumes tribais que os religiosos realizavam em determinados espaços da colônia para generalizar esta perspectiva da ação missionária para todos os espaços onde a conversão dos índios ocorria. No entanto, esta arguição não é aplicável à realidade do Grão-Pará e Maranhão; NEVES, Luiz Felipe Baeta. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978, p.74 e p.133-136. Outra interpretação da ação missionária é apresentada por John Manuel Monteiro. Acerca da coerção religiosa nas missões no sudeste, Monteiro afirma: "A despeito do impacto destrutivo que o projeto missionário teve sobre as sociedades indígenas, os índios, na transição para o regime dos aldeamentos no decorrer do século XVI, conseguiram preservar pelo menos alguns vestígios da organização política e da identidade étnica"; MONTEIRO, John Manuel. A dança dos números: a população indígena do Brasil desde 1500. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n.271, p.49, 1994.

34 DANIEL, João. *Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas*, v.2, p.148.

35 Este procedimento parece ter sido comum à ordem jesuíta. Haubert comenta a existência de furtos e prejuízos, seguidos de castigos e tolerâncias nas missões guaranis tuteladas por jesuítas. A solução de garantir e aumentar a produção de gêneros de subsistência, dada aos missionários por seus superiores, calcava-se na idéia de que o roubo era decorrência da falta de gêneros para o sustento diário dos índios; HAUBERT, Maxim. *Índios e jesuítas*

na fala de Daniel é a possibilidade dada aos indígenas de comercializarem não somente sua produção, mas também a tolerância às trocas efetuadas com os furtos dos gêneros “pertencentes” aos missionários. O missionário também ratifica as informações apontadas em 1735 pelo governador José da Serra, que governou o Grão Pará e Maranhão entre 1732 e 1736, que atestavam que a missão se constituía em espaço que produzia praticamente todos os gêneros e serviços necessários à sua reprodução. Os aldeamentos, então, eram um núcleo autônomo onde as trocas ocorriam como uma atividade secundária à produção.

Assim, o controle missionário das formas de trabalho associado com alguma tolerância a alguns elementos de origem tribal (relações de parentesco, casamentos, rituais) potencializava o atendimento das necessidades internas da missão, fazendo destes núcleos centros abastecedores das expedições do sertão.

Ora, a hibridez da unidade missionária no tocante à sua organização era patente. Fundiam-se culturas nitidamente ocidentais (européias) e indígenas, como também diversas etnias neste espaço recriavam, na convivência, as formas organizativas do aldeamento. A unidade assentava-se na uniformização de comportamentos. Este procedimento, diluído nas várias práticas econômicas e sociais, tornava possível a existência do aldeamento como grupo fechado, tendo como fio condutor a religião. Isto, no funcionamento interno da missão. Em sua conexão com o restante dos espaços coloniais, aparece sua dupla funcionalidade: exercer internamente a reprodução dos índios para a execução de tarefas destinadas à produção de gêneros para o comércio exterior.

Os missionários efetuavam uma divisão regional do trabalho seguindo as condições naturais e demográficas de cada aldeamento. Cada aldeia, segundo suas potencialidades relativas à força de trabalho e produção de alimentos, foi responsável pela produção suplementar de determinado gênero.³⁶ Cada uma era unidade autônoma de produção, e os resultados dos trabalhos nas roças, da fiação de algodão, da salga de peixe e da criação de gado eram consumidos quase que na sua totalidade na mesma unidade produtiva, desta forma pode ser atribuída a essa economia um caráter “natural”.³⁷ Entretanto, percebe-se nitidamente que as formas de trabalho

no tempo das missões: séculos XVII e XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. No relato de Daniel, há uma variante. A acusação do padre de que eram destinados à troca o produto dos roubos torna diferente a natureza dos castigos, mas parece semelhante a prática da tolerância para que fossem evitadas reações e fugas dos indígenas.

36 João Daniel faz referências à recorrência de outras missões à aldeia de Guruptuba, transformada na vila de Monte Alegre no período pombalino, para o suprimento de farinha que estava em falta nas outras missões em decorrência de estarem os índios das mesmas na coleta das drogas para os seculares, ou fugindo para os matos para não contraírem doenças como sarampão e bexigas; DANIEL, João. *Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas*, v.2, p.292.

37 Para a definição de economia natural atrelada à noção de economia de subsistência, Maria Yedda Linhares escreveu que a agricultura de subsistência, “no seu sentido mais restrito seria sinônimo de economia natural, caracterizando-se pela ausência de intercâmbio de produtos. Como a economia natural só existiria em casos extremamente raros, tomemos a definição de Pierre George que denomina agricultura de subsistência aquelas economias que ‘consagram mais de dois terços de seu solo e do seu trabalho a produção de autoconsumo’ caracterizando-se pelo atraso técnico e pelo fato de estarem constantemente ameaçadas pela falta de alimentos”; LINHARES, Maria Yedda. *História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: BINAGRI, 1979, p.745-762, p.749-750.

indígena, que configurariam uma economia natural, foram alteradas na medida em que os missionários introduziram uma nova divisão e tempo de trabalho. Desta forma surgiram dentro da unidade missionária condições para a produção de excedentes. Necessariamente, esta produção não era voltada para a troca em todas as missões. Aqui, uma distinção é necessária. Troca e mercado são elementos diferentes na fala dos homens que viveram o período missionário na colônia.

Ao se referir à falta de gêneros ou serviços, o cronista João Daniel dá uma idéia do que seria esse mercado.

Semelhante à falta de providência, e economia que acima dissemos, é a falta de mercados no Rio Amazonas, porque em todo o seu districto não há feira alguma em forma (até meu tempo) nem praça alguma, em que se façam compras e vendas, dos víveres, dos gêneros, ou dos fructos.³⁸

Como já mencionado anteriormente, o governador José da Serra, ao escrever ao Cardeal da Motta em 20 de agosto de 1735, fornece sua percepção acerca do que entende como problema resultante da falta de mercado imputando o problema à autonomia dos aldeamentos.

Pelo que toca ao econômico, necessita-se aqui de tudo o que compõe a fundação de uma república, porque aqui não se vive em commum, mas em particular, sendo a casa de cada habitante ou de cada régulo destes uma república, porque cada um tem nella todos os officios, que compoem aquella, como pedreiros e carpinteiros, barbeiros, sangrador, pescador, etc, e, por isso, não há índios que bastem para o serviço destes pretendidos senhores, para o que concorrendo também a falta de moeda, são infallíveis e gerais as privações; porque, não havendo nada de venda em tenda ou mercado, se padece geralmente. Aqui não há homem de ganhar nem besta de aluguel, porque são taes os habitantes que, tendo cavallos e muitos gados, não carregam nada nestes por falta de uma allabarda, nem serve daquelles por falta de um abegão e um carreiro, que lhes faça um carro e metta nelle os bois. Tudo há de carregar na cabeça dos pobres índios...; enfim os cavalos andam desferrados, porque não há ferradores, e, consequentemente, em adoecendo morrem, ou em mancando, ficam aleijados, porque todos andam a solta, sem haver um só, que se recolha em estrebaria.³⁹

O governador José da Serra atribui à falta de moeda a inexistência do que ele chama de mercado. O mercado seria o lugar onde haveria a aglutinação de todos os gêneros e serviços necessários à vida na colônia. Notória é a comparação entre as trocas na colônia e as feiras⁴⁰ e demais estabelecimentos existentes nas cidades e vilas européias que são o mo-

38 DANIEL, João. *Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas*, v.2, p.87.

39 BARATA, Manuel. Apontamentos para as efemérides paraenses. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t.90, p.134-5, 1921.

40 Ciro Cardoso, baseado nos cronistas, entende como problema crítico da economia do Grão-Pará a ausência de feiras. Seu argumento consiste na necessidade de um lugar específico para as trocas; CARDOSO, Ciro Flamarión. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas*.

delo de troca idealizado para o desenvolvimento da colônia. Dada a falta de dinheiro, o governador acusa tanto colonos como missionários em manter nos sítios ou aldeias um número excessivo de índios para desempenhar todas as tarefas para a reprodução dessas unidades. Nesse discurso aparecem dois elementos importantes que ratificam tanto a dependência da mão-de-obra indígena, como a suposição de que as unidades missionárias eram autônomas. Quando aponta que em cada unidade havia todos os serviços essenciais a uma “república” e que tudo era carregado “na cabeça dos pobres índios”, o governador atesta que a autonomia ficava a cargo dessa mão-de-obra. Esta auto-suficiência de produtores e consumidores leva a refletir a limitação para constituir o mercado. Mas a inexistência do mercado, nos moldes europeus, não revelava uma economia com ausência de trocas. A escassez ou ausência de moeda não tornava inexistentes as operações de troca de gêneros e serviços. Assim como em outras sociedades onde o mercado enquanto instituição não era o elemento propulsor de dinâmicas econômicas,⁴¹ no Grão-Pará e Maranhão as dinâmicas das trocas percorriam caminhos próprios. Acompanhando uma percepção mercantil do mundo das trocas, é clara a necessidade da moeda como elemento de equivalência para que os mercados fossem instituídos. É importante pontuar que as trocas no Grão-Pará e Maranhão estavam mais próximas às dinâmicas de reciprocidade, de domesticidade e de redistribuição.⁴² Certamente, mercados semelhantes àqueles cujos colonizadores pareciam mais familiarizados não existiam. No entanto, os princípios das trocas eram os mesmos. A construção de mercados locais não se constituía em propósito da Coroa, pois, isso em termos da percepção dos colonizadores, significaria instrumentalizar a colônia de elementos que iriam conferir aos habitantes locais graus significativos de autonomia. Porém, era desejada a instituição de locais para a troca, como mecanismos de retirar das missões a mão de obra indígena utilizada para provê-las de todos os gêneros necessários à sobrevivência. Era essa mão de obra que faltava à coleta das drogas do sertão e aos serviços de construção da Coroa.

Na visão dos colonizadores, a autossuficiência das missões se constituía na principal causa da falta de mercado e poderia levar o Estado à ruína. A complementaridade entre produção de alimentos, de bens de consumo interno e de produtos de coletas dirigido à exportação era o diagnóstico

41 POLANYI, Karl. *A grande transformação*: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980. É importante também pontuar que existe uma diversidade para cada cultura no tocante às formas como as trocas se estabeleciam a partir do contato. Essa diversidade é apontada no livro de THOMAS, Nicholas. *Entangled objects: exchange, material culture, and colonialism in the Pacific*. Cambridge, Mass./London: Harvard University Press, 1991.

42 POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Outros elementos simbólicos certamente permeavam também as trocas nesse período. As noções de dádiva de Marcel Mauss (MAUSS, Marcel. Da dádiva e, em particular da obrigação de retribuir presentes. In: _____. *Sociologia e antropologia*. v.II. São Paulo: E.P.U./EDUSP, 1974) quando evocadas, permitem compreender que as questões de hierarquia também podiam estar presentes nos momentos de troca. Uma vez que as relações de poder foram alteradas com a presença do missionário, as mudanças também foram plasmadas para essas relações.

que os homens da colônia faziam para atestar a “ausência” de mercados. No entanto, as trocas baseadas em princípios diferenciados da lógica mercantil eram as formas de suprir essa “ausência”, eram eficientes e conferiram a esse período uma efervescência que não se apresentava em um único espaço, mas que suportava a economia do Grão Pará e Maranhão. A existência de trocas sistemáticas foi um dos elementos que caracterizou a complementaridade entre o abastecimento e a coleta das drogas do sertão.

Os elementos para entender essa complementaridade encontram-se nas formas em que o trabalho foi dividido entre o espaço interno da aldeia e a saída de índios para as expedições de coleta de drogas do sertão. A produção da aldeia assentava-se na cultura de alimentos para o consumo interno e um pequeno excedente dirigido ao abastecimento das expedições de coleta. Sob vigência do Regimento das Missões, a saída dos índios das aldeias missionárias obedecia à exigência de depósito antecipado de metade dos salários. Os religiosos eram isentos destes pagamentos ou das licenças requeridas. Uma idéia do que deveria ser esse pagamento é fornecida em parecer datado de 25 de julho de 1735 anexo a uma tabela de preços de gêneros e serviços correntes no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Conforme o documento:

Jornal dos Índios forros: a necessidade obriga a dar-lhes quanto pedem; ordinariamente: para oito meses de serviço: 20 varas de pano, uma peça de bretanha, 3 côvados de camelão ou druguete, uma peça de ruão preto, um chapéu, faca, frasco de aguardente, vara de tabaco, 25 agulhas, pratto de sal, além disto, alguns querem um arma boa; portuguesa ou alemã, de valor de seis mil reis pra cima. Está arbitrado por mês, cada remeiro 2 varas de pano; devia ser 3 varas, além de faca, prato de sal, agulhas e frasco de aguardente, com condição que este pagamento fique na mão de seu Missionário, para lhe entregar depois de feita viagem.⁴³

Estes pagamentos eram feitos por colonos aos índios e com exceção de parte dos panos de algodão e da aguardente, os demais gêneros eram provenientes da Metrópole. O que realmente garantia a subsistência dos índios e a possibilidade das expedições de coleta era a produção interna das missões. Juntamente com a coleta de drogas do sertão, esta produção originária das missões desenhava uma rede de trocas que dispensava um lugar específico como o mercado, exigido na fala dos administradores e religiosos, como base para as trocas. A falta de moeda também não obstava as trocas porque gêneros como o algodão ou o cacau desempenhavam o papel da moeda. Quando relatam as trocas, os religiosos ou administradores fornecem os preços em “varas de pano de algodão”. Este gênero que funcionava como moeda era trazido da metrópole, mas também era pro-

43 WERMERS, Manoel Maria. Arquivo da Ordem Carmelita, Papéis Avulsos, Caixa 20.

duzido nos aldeamentos pelas índias. As aldeias tuteladas pelos carmelitas eram as maiores produtoras de panos. Acerca de uma nação específica, os Juruna, o padre Bettendorf descreve atividades artesanais das índias, como, por exemplo, a fiação do algodão:

As índias, mulheres desse gentio, são muito dadas ao trabalho, dexteras ao extremo em o officio de fiar algodão, torcendo o fio ás avessas com notavel arteficio e limpeza, de sorte que fica fino como cabelo da cabeça.⁴⁴

A utilização do trabalho feminino nas aldeias conferia às trocas no período missionário, uma eficiência responsável pela maioria do suprimento de alimentos, panos de algodão e aguardente. Estes gêneros, pela sua capacidade de operar como equivalentes, eram de fundamental importância. O Quadro 1 é um resumo dos gêneros que eram produzidos nas missões e que tinham uma equivalência entre si proporcionando uma intensidade de trocas fundamental para a vida na colônia.

Quadro 1

GÊNERO	PREÇO	FONTE
Sal (alqueire) Pano de algodão (rolo) 1 vara de pano (vara)	2 varas de pano 28.000 a 30.000 réis 100 réis	João Felipe Bettendorf Padre Manuel Maria Wermers Frei João Daniel
Farinha (alqueire)	Entre 100 a 400 réis	Frei João Daniel
Mel de cana (almude)	500 réis	Frei João Daniel
Aguardente (canada) Carne bovina (libra)	Entre 400 a 600 réis Entre 4 e 7 réis	Frei João Daniel Frei João Daniel
Manteiga de tartaruga (vasilha)	30.000 réis	Padre Manuel Maria Wermers

Fonte: RAVENA, Nirvia. *Abastecimento: falta e escassez do pão ordinário em vilas e aldeias do Grão-Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1994. (Planejamento do Desenvolvimento, Dissertação de mestrado).

A variação de preços de um mesmo gênero, como a farinha, indica que as trocas não eram reguladas nem por artifícios, como a fixação de preços feita pelo Estado, nem por relações circunscritas à movimentos de oferta e demanda dos produtos. Entretanto o pano de algodão era tomado como equivalente e igualmente variava. Quando vendida a vara (cerca de 1,10 metros), custava 100 réis; quando vendido em rolos (cerca de 100 varas), seu preço era de 28\$000 réis.

Em 1733 foi enviada ao Conselho Ultramarino uma relação de preços de gêneros e serviços existentes na colônia.⁴⁵ Serviços como sapateiros,

44 BETTENDORF, João Felipe. *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, p.116.

45 WERMERS, Manoel Maria. Arquivo da Ordem Carmelita, Papéis Avulsos, Caixa 20.

ferreiros, pedreiros, apontados como inexistentes nos relatos, aparecem explicitamente ao lado de sua remuneração em dinheiro corrente como os panos de algodão e em dinheiro cunhado, caso ele existisse.⁴⁶ Através desse documento, pode-se refutar a hipótese da inexistência de trocas sugerida na fala dos homens contemporâneos ao período missionário no Grão-Pará e Maranhão. Embora tenha sido feita no intuito de introduzir moeda cunhada no Grão-Pará e Maranhão, esta relação parece ter sido uma tentativa de regular as trocas na região. Diluídas em uma economia caracterizada pela autossuficiência das unidades de produção como missões e engenhos, as trocas raramente tinham uma regularidade no tocante ao preço. Na relação verifica-se também que os preços em dinheiro cunhado eram sensivelmente mais baixos que os equivalentes em panos de algodão. Esse documento permite outra constatação: alguns víveres como galinhas e patos tinham preços exorbitantes se comparados aos da carne de vaca. Isto permite conjecturar que as fazendas religiosas forneciam grande parte da carne que circulava nas trocas. Por outro lado, o transporte longo e dificultoso até todas as aldeias do estado findava por tornar a oferta da carne maior que o consumo, limitado às áreas próximas às fazendas, daí o seu preço baixo. Diferentemente da criação bovina, que pressupunha subprodutos oriundos da criação como couros, as galinhas e patos eram criados para serem consumidos nas aldeias e núcleos europeus. Assim, os que procuravam estes animais tinham que pagar o preço estipulado pelo vendedor, que certamente não obedecia a regras ditadas por um mecanismo de equivalência.

A confecção de roupas, sapatos instrumentos de metal como foices, facões e machados também está presente na lista, o que leva a outra suposição. Se as aldeias e os sítios eram “repúblicas”, por possuírem trabalhadores que desempenhavam todos os ofícios, como relatado pelo governador José da Serra, é possível que a regularização dos preços de sapatos, roupas e instrumentos de metais fosse uma tentativa de fornecer esses bens com maior facilidade para aqueles que efetuavam expedições de coleta de drogas do sertão. Isto porque estando esses trabalhadores situados em sítios e aldeias, a produção desses bens era utilizada apenas pelos donos dos sítios ou religiosos que terminavam por estabelecer os preços segundo critérios próprios, ou mesmo monopolizar a produção para atender apenas suas expedições particulares, dificultando o acesso dos moradores de Belém, por exemplo, a esses produtos. O princípio da domesticidade aparece com clareza nesse contexto. Assim, a recorrência

46 As conjecturas sobre a introdução de moeda no Grão-Pará têm início ainda no século XVII. Em 1684, uma ordem régia proíbe a existência de mais de um ourives em Belém e São Luís. Segundo o rei, ele havia introduzido 200 réis em “dinheiro miúdo” (cobre e prata). Admite que a sua falta causava diversos contratempos ao “cotidiano” do Estado, mas parece preocupar-se mais com a possível evasão dos metais através da fundição feita por ourives. Em ordem régia posterior, proíbe a introdução da moeda no Estado, por estar havendo distorção nas relações de equivalências pois a moeda no Grão-Pará valia o dobro de seu valor no Reino. *Annaes do Arquivo Público do Pará*, Belém, tomo 1, 1968, p.80 e p.215.

às missões em busca de farinha ou víveres, a existência de artífices nas cidades, nos engenhos ou nos aldeamentos, os pagamentos de índios feitos por panos de algodão delineavam o percurso das trocas entre unidades autônomas de produção.⁴⁷

A logística e o espaço: as interações entre os aldeamentos

A prática de tornar as missões núcleos de abastecimento para a colônia assentava-se também na eficiência da divisão do trabalho levada a cabo pelas ordens em cada aldeamento. Os missionários foram hábeis em adaptar a divisão sexual do trabalho indígena às necessidades da complementaridade entre coleta das drogas do sertão e abastecimento. O número de aldeamentos, por ordem religiosa, expressa a dominância dos jesuítas em todos os grandes rios e nas áreas do estuário como também nos furos (Quadro 2).

Quadro 2

Região	Número de aldeamentos	Ordem religiosa
Amazonas	Nove	Capuchos, Piedosos e Jesuítas
Estuário	Cinco	Jesuítas
Furos	Oito	Jesuítas, Piedosos, Carmelitas, Mercedários e Franciscanos
Marajó	Duas	Jesuítas, Piedosos e Franciscanos
Negro	Quinze	Carmelitas e Jesuítas
Tapajós	Seis	Jesuítas e Piedosos
Xingu	Sete	Jesuítas e Piedosos

Fonte: RAVENA, Nívia. O abastecimento no século XVIII no Grão Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v.8, n.2, p.125-149, 2005.

Cada aldeamento e cada ordem, portanto, mantinha um território definido onde as trocas complementares se davam segundo a disponibilidade de excedentes. Estes aldeamentos foram transformados em vilas e aldeias no período pombalino. Pela Figura 1, é possível perceber que as rotas de coleta das drogas do sertão faziam dos aldeamentos seus entrepostos para adquirir mantimentos. É importante notar que os aldeamentos mantinham uma distância eficiente para o propósito de trocas complementares.

47 Uma sistematização com os nomes dos aldeamentos, as ordens que geriam estes espaços e sua transformação em vilas no período pombalino, encontra-se em RAVENA, Nirvia. *Abastecimento*.

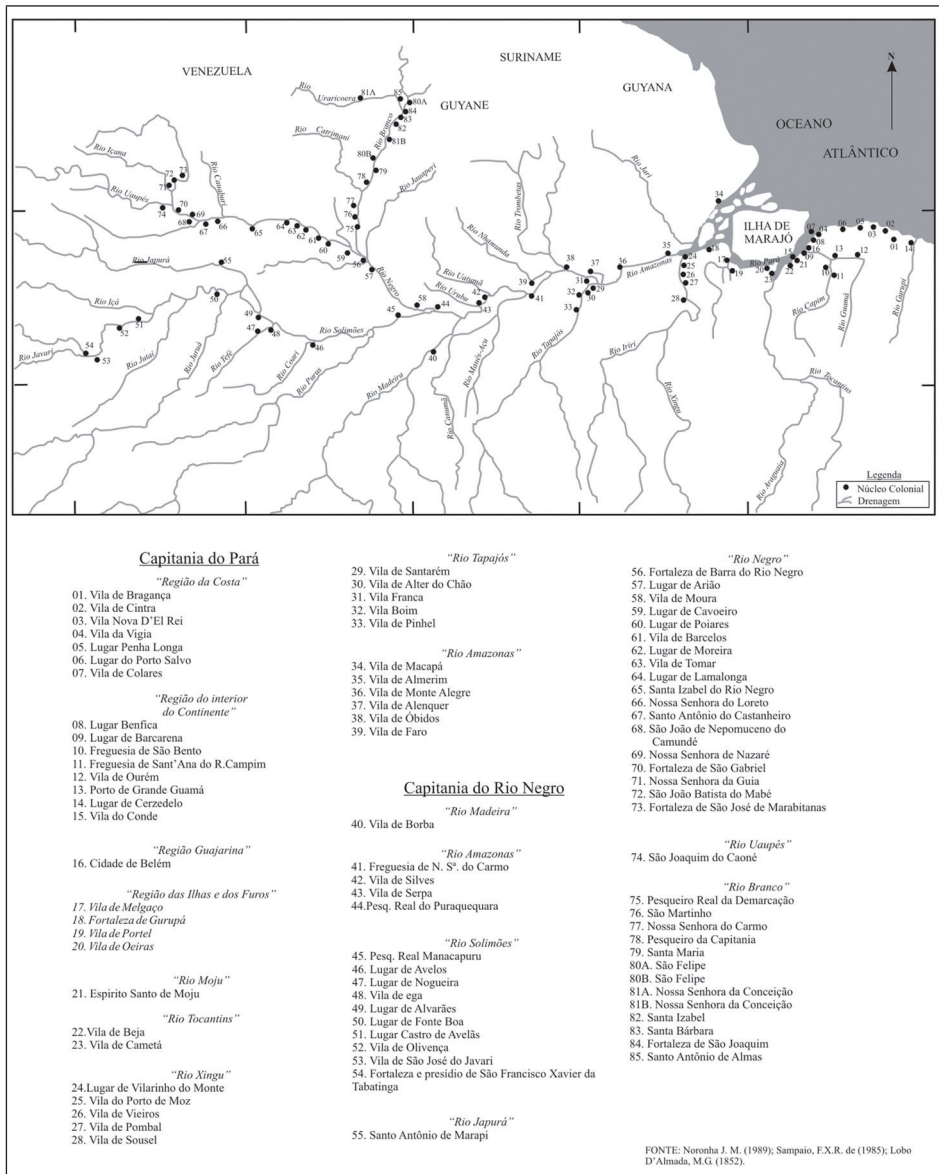


Figura 1

Fonte: TAVARES, Maria Goretti Costa. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. *Acta Geográfica*, Boa Vista, v.2, n.3, p.59-83, 2008.

É possível notar no mapa a miríade de aldeamentos existentes nos eixos fluviais. Havia uma rota nos principais cursos d'água que permitia o contato e a troca entre aldeamentos. Mas a regra era que cada um dos aldeamentos fosse auto-suficiente na produção de gêneros para consumo

interno e também na produção de excedentes já destinados às expedições de coleta. A maioria dos aldeamentos se localizava próximo ao curso dos grandes rios. As localizações eram de grande importância na manutenção da complementaridade dos aldeamentos. Enquanto elementos de ligação entre as missões da mesma ordem e também entre todas as ordens missionárias, a posição do aldeamento possibilitava outro nível de complementaridade: a que ocorria entre vários aldeamentos para provimento de farinha e víveres necessários às expedições de coleta. Os aldeamentos localizados bem próximos às margens dos rios permitiam uma conectividade não experimentada pelas missões que se instalavam nos sertões. O posicionamento dessas missões também promoveu uma peculiar divisão regional da produção que concorreu para que determinadas vilas do estado fossem mais procuradas para o fornecimento de gêneros específicos como pescado e tartaruga. A abundância de aldeamentos na calha do Rio Negro, importante afluente do Amazonas e produtor de gêneros originados da exploração de tartarugas, demonstra em que medida uma produção suplementar, como a de manteiga de tartaruga, usada principalmente como combustível, era estratégica na manutenção das rotas de abastecimento para a coleta das drogas do sertão. No entanto, todas as regiões eram fornecedoras de mão de obra. Se por um lado o abastecimento era viabilizado pelo posicionamento dos aldeamentos nas margens dos rios, essa mesma localização tornava as missões vulneráveis frente aos colonos quando o assunto era fornecimento de mão de obra indígena para a coleta das drogas do sertão. Para os demais gêneros, o intercâmbio comercial foi intenso. Na Cidade (Belém) era comum encontrar o que seria o protótipo de um “mercado” dada a existência de serviços além dos víveres e mantimentos cuja confluência do transporte muitas vezes era a Cidade. No entanto, era comum que os aldeamentos estabelecessem entre si mecanismos de complementaridade, principalmente no abastecimento de farinha (Quadro 3).⁴⁸

Quadro 3

Região de Origem	Gênero
Cidade	Sal, açúcar e produtos da metrópole
Tapajós	Mão-de-obra, farinha e peixe
Marajó	Gado e peixe
Rio Negro	Mão-de-obra, farinha, tartaruga e peixe
Xingu	Mão-de-obra, farinha, tartaruga e peixe

Fonte: RAVENA, Nirvia. *Abastecimento*.

48 RAVENA, Nirvia. O abastecimento no século XVIII no Grão Pará: Macapá e vilas circunvizinhas.

A farinha, assim como o peixe seco e a manteiga de tartaruga, eram mantimentos chave na dinâmica e na complementaridade entre extrativismo e abastecimento. É possível notar que vários aldeamentos transformados em vilas no período pombalino mantiveram essa divisão regional do trabalho refletida na especialização de cada missão em produtos necessários à vida e às viagens para coleta demonstra a intensidade do uso de mão de obra no interior dos aldeamentos. A desmobilização dos arranjos de parentesco e de divisão sexual do trabalho pelo uso de força de trabalho indígena na coleta de drogas do sertão apresentava desdobramentos catastróficos para as populações indígenas que se encontravam nos aldeamentos missionários. A habilidade missionária em angariar confiança e lealdades era o instrumento para fixar um grande número de indígenas nos aldeamentos. A partir de seu engajamento nas atividades de trabalho nos roçados e de sua tolerância à diversidade cultural de cada etnia, os missionários proporcionavam um ambiente suportável para a permanência dos indígenas e de seus grupos familiares nas missões. Essas práticas permitiam que o aldeamento fosse um grupo fechado cuja dinâmica era dada por elementos como domesticidade, reciprocidade e redistribuição. Guardadas as devidas proporções, a logística que envolvia as expedições e a produção de excedentes para as expedições de coleta demonstram uma variedade de trocas que tinham impacto no cotidiano dos aldeamentos. As formas através das quais a produção e o consumo eram realizados nesses espaços percorrem caminhos onde a racionalidade das trocas atende de forma simultânea as demandas do abastecimento e da coleta de drogas do sertão.⁴⁹ A produção nestas unidades era assegurada por uma variedade de motivações individuais, disciplinadas por princípios de comportamento baseados não no lucro, mas em elementos como os costumes, a religião e a magia. Esta combinação garantia a funcionalidade do indivíduo nesses sistemas econômicos que caracterizavam a Amazônia colonial. A retirada de indígenas para desempenhar as tarefas de remeiros, coletores e pescadores nas viagens de coleta e de mulheres indígenas para amas de leite na Cidade (Belém) e para a fabricação de farinha em engenhos, trazia aos aldeamentos e às populações indígenas que estavam acostumadas às dinâmicas missionárias, um desequilíbrio sistêmico que se refletia no abas-

49 Os estudos antropológicos acerca das trocas em sociedades menos complexas, diferentemente dos estudos econômicos, indicam outros determinantes nas formas de trocas existentes entre diferentes sociedades. Os antropólogos não se restringem ao mundo das culturas materiais. Analisam o raciocínio econômico desses grupos, suas noções de riqueza, trabalho e capital, e sua visão de como estes podem ser investidos, conservados e gerenciados da melhor forma. Ao descrever os processos de tomada de decisão acerca da produção e do consumo, os antropólogos indicam uma vasta gama de determinantes nas trocas que ocorrem em sociedades menos complexas. Malinowsky, Mauss e Thomas em suas obras apresentam o papel que os mecanismos simbólicos têm nas operações de troca. MALINOWSKI, Bronislaw K. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978; MAUSS Marcel. Da dádiva e, em particular da obrigação de retribuir presentes; THOMAS, Nicholas. *Entangled objects*.

tecimento de gêneros tão propalado pelas autoridades coloniais. O plantio da macaxeira e a produção de farinha são atividades que expressaram os dilemas da complementaridade entre o abastecimento e as atividades de coleta das drogas do sertão.

A fabricação de farinha viabilizava as missões enquanto unidades abastecedoras das tropas de resgate e de coleta das drogas do sertão. A farinha era um gênero quase que imprescindível nas expedições de coleta, em função de sua durabilidade, facilidade de preparo para o consumo (não necessitava de cozimento) e transporte. Macaxeira cozida, milho, frutas e tipos diferentes de farinha eram usuais em diversas nações indígenas. Assim, a diversidade do uso da mandioca constituiu-se em problema para os missionários e posteriormente para os administradores do Diretório. Homogeneizar o consumo da farinha seca não foi tarefa fácil. Nem houve consenso em fazê-lo. A farinha seca comumente utilizada nas regiões do Tapajós, do Tocantins, das áreas próximas a Belém e na região das ilhas não parece ter representado a totalidade dos hábitos alimentares. Para a região do Rio Negro, tanto o primeiro governador da capitania, Mello e Póvoas, em 1760, como o ouvidor Ribeiro Sampaio dez anos depois, relatam os costumes de alguns indígenas basearem sua dieta em macaxeira cozida e frutas.⁵⁰ Para o Rio Branco, Lobo de Almada em sua “Descrição relativa ao Rio Branco e seu Território”, no ano de 1787, propõe que para o descimento dos índios dessa área sejam feitas previamente roças de mandioca, e que os índios descidos façam destas roças os tipos de farinha a que estão acostumados. Sua argumentação atesta a diversidade da dieta dos índios da região.⁵¹

A administração colonial buscou insistentemente alterar os padrões de consumo que não se inseriam na regra alimentar da maioria dos índios. Os relatos do período missionário e do Diretório estão repletos de informações acerca da intervenção nas formas de fazer as roças e de que alimentos plantar para que as trocas pudessem ocorrer a partir de um mesmo padrão de produção e consumo. A introdução de novas culturas foi feita através de consórcio com a mandioca aproveitando as técnicas indígenas. O que mudou certamente foi o tempo destinado a essas produções, dada a necessidade de mão de obra em atividades de coleta de drogas do sertão. Dessa forma, as roças e o preparo da farinha de mandioca concorriam com

50 MELLO E PÓVOAS, Joaquim. *Cartas do Primeiro Governo da Capitania de São José do Rio Negro*: transcrição paleográficas. Manaus: Universidade do Amazonas, 1983, p.175; e SAMPAIO, F.X.Ribeiro de. *Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da capitania de S. Jose do Rio Negro fez o ouvidor e intendente geral da mesma Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio no anno de 1774 e 1775*; exornado com algumas noticias geográfica, e hydrograficas da dita capitania, com outros concernentes à história civil, política e natural della, dos uzos e costumes, e diversidade de nações de índios seus habitadores, e à sua população, agricultura, e commercio. Lisboa: Typografia da Academia, 1825, p.64.

51 LOBO D'ALMADA, M. Gama. *Descrição relativa ao Rio Branco e seu Território (1787)*. *Revista do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, t.XXIV, n.4, p.680, 1861.

as expedições de captura e eram ao mesmo tempo necessária tanto nas atividades de descimentos e resgates quanto nas expedições de coleta de drogas do sertão.⁵²

Os resgates e os descimentos foram os mecanismos de manutenção de um número mínimo de índios nas aldeias, dada a freqüente sangria de indígenas aldeados para realizar tarefas em outros locais. Se por um lado eles garantiram a reprodução das missões enquanto núcleos de produção, por outro lado, a utilização de índios para todas as atividades produtivas da colônia estabeleceu sérios limites a essas atividades. Resgates e descimentos não conseguiam repor proporcionalmente a mão de obra extraída das aldeias. As mortes causadas por epidemias, a taxa de crescimento próxima a zero como forma de resistência indígena, associadas à demanda crescente de mão de obra para a coleta de drogas do sertão, acumulavam-se aos custos maiores de cada expedição de resgate ou descimento, em função da distância percorrida até os “sertões”, para onde fugiam as nações ainda não contatadas. Ainda assim, os descimentos foram os artifícios utilizados durante todo o período colonial para manter um número mínimo de habitantes nos aldeamentos.

Considerações finais

As missões foram responsáveis pela manutenção da vida, mas também pela intensa exploração e degradação da vida dos indígenas na Amazônia colonial. Se de um lado proporcionavam um ambiente em que eram produzidos os gêneros para o consumo interno dessas populações afastando-os da escassez experimentada nas mãos dos colonos, de outro lado, os tornava vulneráveis às investidas de colonos ou da administração colonial. A ambigüidade se expressava na fala dos administradores coloniais que pontuavam a necessidade de mercados. A existência ou não de mercados não alterava a dinâmica das unidades missionárias. O movimento interno nos aldeamentos era motivado por princípios que não tinham no lucro proveniente da troca o objetivo central. As trocas ocorriam com freqüência, intensidade e regularidade. Eram baseadas em incentivos que tinham na dinâmica social seu eixo central. A fala destacando a falta de mercados circunscrevia-se aos momentos de intensa procura de gêneros para as empreitadas “sertão adentro”. Assim, os custos da complementaridade estabelecida entre duas lógicas concorrentes e diacrônicas foi imposto aos

52 Ordens religiosas também realizaram a captura de índios nos sertões para manter o comércio de escravos e de gêneros. O incremento de mão de obra foi conseguido na medida em que aumentaram as incursões para resgate, legais ou clandestinas. David Sweet tece algumas considerações sobre a participação das ordens na escravidão dos indígenas, entre elas a dos mercedários que eram fornecedores de índios escravos para o mercado de Belém. O autor excluiu os jesuítas desse comércio por terem combatido os abusos da escravidão, entrando em certos momentos em conflito com os outros missionários. SWEET, David G. *A rich realm of nature destroyed: the Middle Amazon Valley, 1640-1750*. Madison: University of Wisconsin, 1974 (História, Tese de PhD).

indígenas, que no mundo colonial, experimentaram a mudança nas lógicas e sentidos de trabalhar, produzir, fabricar. As dinâmicas dos seus saberes e conhecimentos foram invertidas para enquadrá-los nas exigências dessa nova ordem.

O abastecimento interno dos aldeamentos e os excedentes para subsidiar a coleta das drogas do sertão constituíam uma complementaridade funcional ao sistema colonial, contudo essa complementaridade era operada numa lógica dissonante. Enquanto que a domesticidade, a reciprocidade e a redistribuição garantiam uma reprodução de seus costumes no espaço dos aldeamentos, a demanda do mercado mundial pelas drogas do sertão impunha a esses grupos fechados uma pressão por produtividade. Essa pressão materializava-se perversamente na abrupta dizimação das populações indígenas que, mesmo em épocas posteriores ao período missionário, continuou sendo o esteio da colônia tanto na produção de alimentos quanto na manutenção de toda a vida nesta região do além mar.